

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE201805/0873

Tipo Oferta: Procedimento Concursal de Regularização

Estado: Expirada

Nível Orgânico: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Orgão / Serviço: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: € 1.201,48

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Exercer as atividades inerentes à carreira e categoria de Técnico Superior, a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, na área funcional de Mediação Pessoal e Social, no âmbito das unidades orgânicas locais da Delegação Regional do Algarve. De entre as funções inerentes ao posto de trabalho destacam-se:

- Colaborar na constituição dos grupos de formação, participando no processo de recrutamento;
- Coordenar a equipa técnico-pedagógica no âmbito do desenvolvimento do processo formativo;
- Assegurar a articulação entre a equipa técnico-pedagógica e o grupo de formação, bem como entre estes e o centro;
- Definir e implementar mecanismos de acompanhamento que contribuam para identificar precocemente situações que possam conduzir ao insucesso e ao abandono;
- Definir planos de ação individualizados com o objetivo de alterar comportamentos, envolvendo e comprometendo o formando e, se necessário, a família, com o processo de mudança;
- Coadjuvar o formando na aquisição/consolidação de hábitos de estudo e de trabalho;
- Colaborar na preparação da formação prática em contexto de trabalho e acompanhar os formandos durante o período de permanência nas empresas;
- Estabelecer, em articulação com a equipa técnico-pedagógica, planos de recuperação e assegurar o acompanhamento da sua concretização;
- Propor e promover o desenvolvimento de atividades extra-curriculares, em domínios como a música, as artes performativas e visuais e o desporto, que contribuam para a aquisição de soft skills e para o aumento da motivação e interesse pela formação frequentada.

Caracterização do Posto de Trabalho:

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

- Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

- Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura, preferencialmente na área das Ciências Sociais.

Grupo Área Temática

Direito, Ciências Sociais e Serviços

Sub-área Temática

Ciências Sociais

Área Temática

Ciências Sociais

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Centro de Emprego e Formação Profissional de Faro (Faro-Sítio Areal Gordo)	1	Sítio do Areal Gordo		8005409 FARO	Faro	Faro

Total Postos de Trabalho: 1
Nº de Vagas/ Alterações
Formação Profissional

Outros Requisitos: a) Desempenho de funções no IEF, I.P., entre 1 de janeiro de 2017 e 4 de maio de 2017, ou parte deste período, conforme disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro,

b) Pessoas reconhecidas como satisfazendo necessidades permanentes, sem vínculo adequado, em parecer da Comissão de Avaliação Bipartida do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, homologado pelo Despacho-Conjunto n.º 17/2018 de Suas Excelências o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, respetivamente a 22 de março de 2018 e a 2 de abril de 2018;

Formalização das Candidaturas
Envio de Candidaturas para: <http://www.iefp.pt/recursos-humanos>
Contacto: 215 803 000

Data Publicitação: 2018-05-18

Data Limite: 2018-06-04

Texto Publicado
Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial: AVISO Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (Lei n.º 112/ 2017, de 29 de dezembro) 1 - Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, doravante designada de Portaria, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo, de 10 de abril de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt, e na respetiva página eletrónica, em www.iefp.pt/recursos-humanos, procedimento concursal para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, na área funcional de Mediação Pessoal e Social, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.). 2 -

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, este procedimento concursal tem caráter urgente, prevalecendo as funções próprias de júri sobre quaisquer outras.

3 - Número de postos de trabalho: o procedimento visa o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho.

4 - Caracterização do posto de trabalho: Exercer as atividades inerentes à carreira e categoria de Técnico Superior, a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, na área funcional de Mediação Pessoal e Social, no âmbito das unidades orgânicas locais da Delegação Regional do Algarve. De entre as funções inerentes ao posto de trabalho destacam-se: a. Colaborar na constituição dos grupos de formação, participando no processo de recrutamento; b. Coordenar a equipa técnico-pedagógica no âmbito do desenvolvimento do processo formativo; c. Assegurar a articulação entre a equipa técnico-pedagógica e o grupo de formação, bem como entre estes e o centro; d. Definir e implementar mecanismos de acompanhamento que contribuam para identificar precocemente situações que possam conduzir ao insucesso e ao abandono; e. Definir planos de ação individualizados com o objetivo de alterar comportamentos, envolvendo e comprometendo o formando e, se necessário, a família, com o processo de mudança; f. Coadjuvar o formando na aquisição/consolidação de hábitos de estudo e de trabalho; g. Colaborar na preparação da formação prática em contexto de trabalho e acompanhar os formandos durante o período de permanência nas empresas; h. Estabelecer, em articulação com a equipa técnico-pedagógica, planos de recuperação e assegurar o acompanhamento da sua concretização; i. Propor e promover o desenvolvimento de atividades extra-curriculares, em domínios como a música, as artes performativas e visuais e o desporto, que contribuam para a aquisição de soft skills e para o aumento da motivação e interesse pela formação frequentada.

5 - Local de trabalho: Centro de Emprego e Formação Profissional de Faro, Sítio do Areal Gordo, 8000-780 Faro

6 - Determinação do posicionamento remuneratório: nos termos do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro – 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15, a que corresponde a remuneração base de € 1.201,48.

7 - Requisitos de admissão ao procedimento concursal:

7.1 - Os requisitos gerais, necessários para o exercício de funções públicas, previstos no artigo 17.º da LTFP, conforme disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

7.2 - Requisitos específicos: a) Desempenho de funções no IEFP, I.P., entre 1 de janeiro de 2017 e 4 de maio de 2017, ou parte deste período, conforme disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, b) Pessoas reconhecidas como satisfazendo necessidades permanentes, sem vínculo adequado, em parecer da Comissão de Avaliação Bipartida do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, homologado pelo Despacho-Conjunto n.º 17/2018 de Suas Excelências o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, respetivamente a 22 de março de 2018 e a 2 de abril de 2018; c) Licenciatura, preferencialmente na área das Ciências Sociais.

8 - Formalização das candidaturas:

8.1 - As candidaturas são apresentadas exclusivamente mediante preenchimento de formulário eletrónico, de preenchimento obrigatório, disponível na página eletrónica do IEFP, I.P., em www.iefp.pt/recursos-humanos, separador "PREVPAP – Procedimentos Concursais".

8.2 - As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos digitalizados, a submeter na plataforma eletrónica de candidaturas: a) Documento comprovativo das habilitações literárias; b) Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do IEFP, I.P., com menção expressa dos seguintes elementos: i) Indicação do código da BEP do concurso a que se candidata e a referência do local de trabalho; ii) Identificação completa (nome, data de nascimento, número do Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão e endereço postal); iii) Indicação do nível habilitacional, bem como da área de formação/especialização académica; iv) Indicação da carreira a que se candidata; v) Menção de que o candidato declara, sob compromisso de honra, serem verdadeiros os elementos ou factos constantes do requerimento e da candidatura.

9 - As falsas declarações prestadas pelos/as candidatos/as serão punidas nos termos da lei.

10 - Composição e identificação do Júri: Presidente: Paula Cristina dos Reis Clérigo, Diretora de Serviços de Planeamento, Gestão e Controlo; 1.º Vogal: António José Rodrigues Santos Travassos, Diretor de Serviços de Emprego e Formação Profissional, que substituirá a Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos; 2.º Vogal: Ana Sofia Alves Delgado Orega Mendonça, Coordenadora do Núcleo de Formação Profissional. Vogais Suplentes: 1.º Vogal: Maria Manuela Lourenço Vairinhos Marinho, Coordenadora do Núcleo

de Apoio Técnico e Relações Externas; 2.º Vogal: José António Baptista Tocha, Coordenador do Núcleo de Emprego. 11 - Métodos de Seleção: nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, será aplicado o método de seleção obrigatório Avaliação curricular (AC), e havendo mais do que um/a opositor/a para o posto de trabalho, é ainda aplicável a Entrevista Profissional de Seleção (EPS). 11.1 - Avaliação Curricular (AC) - visa analisar a qualificação dos/as candidatos/as, sendo para o efeito considerados os seguintes elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar: • Habilitação académica; • Formação profissional, diretamente relacionada com as exigências e competências necessárias ao exercício da função; • Experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho em causa. 11.2 - A AC será valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. 11.3 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS) - de caráter público, visa avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida no contexto da entrevista, nomeadamente, os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 11.4 - A EPS é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4. 12 - Cada um dos métodos de seleção tem caráter eliminatório, pelo que haverá exclusão dos/as candidatos/as que não compareçam a qualquer dos métodos de seleção, bem como dos/as que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo, nesse caso, aplicado o método de seleção seguinte. 13 - Exclusão e notificação de candidatos: a notificação dos candidatos excluídos e todas as notificações necessárias e obrigatórias relativas ao presente procedimento concursal serão efetuadas de acordo com o artigo 30.º da Portaria e nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, as notificações são preferencialmente efetuadas por correio eletrónico. 14 - Em conformidade com o n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, há lugar a audiência dos interessados após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. 15 - Os/as candidatos/as admitidos/as serão convocados/as, através de notificação do dia, hora e do local para a realização dos métodos de seleção, de acordo com o preceituado no artigo 32.º da Portaria, por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 30.º do mesmo diploma legal. 16 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do IEFP, I.P., e disponibilizada na sua página eletrónica (www.iefp.pt/recursos-humanos). 17 - A valoração final dos/as candidatos/as expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula: 17.1 - Um/a candidato/a: $VF = 100\% AC$ 17.2 - Mais de um/a candidato/a: $VF = 70\% AC + 30\% EPS$ 18 - As atas do júri, de onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão facultadas aos/as candidatos/as, sempre que solicitadas. 19 - A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público das instalações do IEFP, I.P., e na respetiva página eletrónica, em www.iefp.pt/recursos-humanos. 20 - Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt, e na página eletrónica do IEFP, I.P., em www.iefp.pt/recursos-humanos. Lisboa, 17 de maio de 2018, A Diretora do Departamento de Recursos Humanos (Ana Antunes)

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos**Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total Com Auxílio da BEP:**